



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
QUINTA CÂMARA

Processo nº 35582.003004/2006-24
Recurso nº 151.112 Voluntário
Matéria Decadência
Acórdão nº 205-01.430
Sessão de 03 de dezembro de 2008
Recorrente EMPRESA BRASILIA DE TELECOMUNICAÇÕES S/A
Recorrida DRP NO RIO DE JANEIRO - RJ

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS

PERÍODO DE APURAÇÃO: 01/02/1996 a 31/10/1998

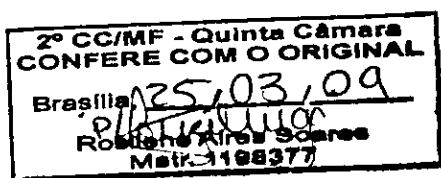
DECADÊNCIA. STF. INCONSTITUCIONALIDADE DE DISPOSITIVOS. LEI 8212/91.

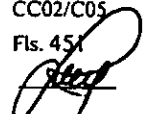
O Supremo Tribunal Federal, através da Súmula Vinculante nº 08, declarou inconstitucionais os artigos 45 e 46 da Lei nº 8.212, de 24/07/91, devendo, portanto, ser aplicadas as regras do Código Tributário Nacional.

Recurso Voluntário Provido.

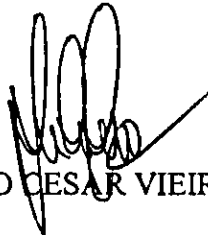


Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.





ACORDAM os Membros da QUINTA CÂMARA do SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES, Por unanimidade de votos, acatar a preliminar de decadência para provimento do recurso, nos termos do voto do Relator. O Conselheiro Manoel Coelho Arruda Junior entendeu que aplicava o artigo 150, § 4º do CTN, acompanhou o relator somente nas conclusões. Presença do Sr. Julio Cesar Espósito de Medeiros, OAB/RJ nº 113496 que realizou sustentação oral.



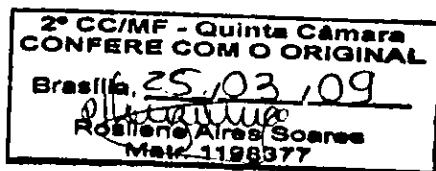
JULIO CESAR VIEIRA GOMES

Presidente



DAMIÃO CORDEIRO DE MORAES

Relator



Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros: Marco André Ramos Vieira, Marcelo Oliveira, Manoel Coelho Arruda Junior, Liege Lacroix Thomasi, Adriana Sato e Edgar Silva Vidal (Suplente).

Relatório

1. Trata-se de recurso voluntário apresentado pela Empresa Brasileira de Telecomunicações, contra decisão de primeira instância que julgou procedente o lançamento de contribuições previdenciárias devidas à Seguridade Social, conforme ementa abaixo transcrita:

**"RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. CESSÃO MÃO-DE-OBRA
OPÇÃO PELO SIMPLES..**

I - a responsabilidade solidária comporta benefício de ordem, podendo o Fisco exigir o total do crédito constituído da empresa contratante, a teor do art. 31 da Lei nº 8.212/91, com a redação vigente à época dos fatos geradores, c/c art. 124, parágrafo único, do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172/66).

I - - se a empresa prestadora é optante pelo SIMPLES, conforme se verifica dos dados da Receita Federal, a responsabilidade solidária no período da opção é relativa apenas às contribuições da parte dos segurados empregados.

LANÇAMENTO PROCEDENTE EM PARTE."

2. Inconformada com a decisão, a empresa interpôs recurso voluntário, alegando, em síntese:

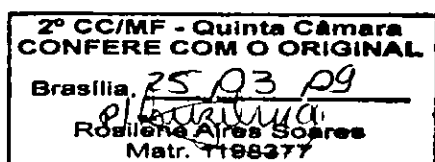
a) preliminarmente, alega que a decisão de primeira instância afrontou o princípio da verdade real, face ao indeferimento de produção de prova por meio de diligência para verificação de equívocos cometidos pela fiscalização;

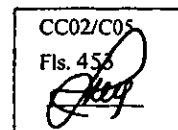
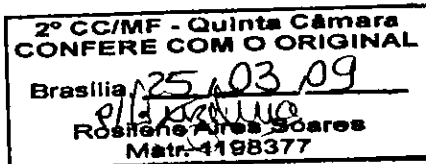
b) afronta ao princípio da ampla defesa em decorrência do percentual da multa aplicada;

c) arbitrariedade por parte do fisco, considerando que o lançamento realizado pela aferição indireta contraria os princípios do não-confisco e da verdade material;

d) seja considerada a decadência do direito de o INSS de formalizar o crédito previdenciário;

e) no mérito, que a notificação foi lavrada sem que o auditor verificasse o efetivo pagamento das contribuições pelo prestador de serviços, procedimento necessário para a convalidação do crédito previdenciário.





3. Em suas contra-razões o fisco defende a manutenção da decisão de primeira instância.

4. A então 4ª CAJ – Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos da Previdência Social, em assentada do dia 05/09/2006, emitiu decisão no sentido de converter o julgamento em diligência para que a fiscalização adotasse providências para verificação do débito junto à empresa prestadora de serviços (fls. 417/419)

5. Em resposta à diligência alegou a empresa que a fiscalização “permanece desidiosa no cumprimento de suas obrigações de agente fiscalizador”, pois as informações trazidas aos autos seriam ainda insuficientes para demonstrar a certeza das obrigações tributárias inadimplidas.

É o relatório.

Voto

Conselheiro DAMIÃO CORDEIRO DE MORAES, Relator:

DOS PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE

1. Conheço do recurso, pois atende aos pressupostos de admissibilidade, e passo ao exame das questões preliminares suscitadas pelo recorrente.

DAS QUESTÕES PRELIMINARES

2. No que se refere à decadência, o Supremo Tribunal Federal - STF, por unanimidade de votos, declarou inconstitucionais os artigos 45 e 46 da Lei nº 8.212, de 24/07/91 e editou a Súmula Vinculante nº 08, nos seguintes termos:

“Súmula Vinculante nº 08:

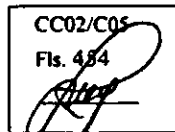
“São inconstitucionais os parágrafo único do artigo 5º do Decreto-lei 1569/77 e os artigos 45 e 46 da Lei 8.212/91, que tratam de prescrição e decadência de crédito tributário”.

3. Os efeitos da Súmula Vinculante são previstos no artigo 103-A da Constituição Federal, regulamentado pela Lei nº 11.417, de 19/12/2006, *in verbis*:

“Art. 103-A. O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004).

Lei nº 11.417, de 19/12/2006:

Regulamenta o art. 103-A da Constituição Federal e altera a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, disciplinando a edição, a revisão e o



cancelamento de enunciado de súmula vinculante pelo Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências.

...

Art. 2º O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, editar enunciado de súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma prevista nesta Lei.

§ 1º O enunciado da súmula terá por objeto a validade, a interpretação e a eficácia de normas determinadas, acerca das quais haja, entre órgãos judiciários ou entre esses e a administração pública, controvérsia atual que acarrete grave insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos sobre idêntica questão.

4. Com efeito, a partir da publicação na imprensa oficial, todos os órgãos judiciais e administrativos ficam obrigados a acatarem a Súmula Vinculante.

5. Assim, afastado por inconstitucionalidade o artigo 45 da Lei nº 8.212/91, resta verificar qual regra de decadência prevista no Código Tributário Nacional - CTN se aplicar ao caso concreto. Compulsando os autos, constata-se através do Discriminativo Analítico do Débito que o recorrente não efetuou o pagamento de suas obrigações as quais se refere o lançamento. Então, deve-se prevalecer a regra trazida pelo artigo 173, I, do CTN.

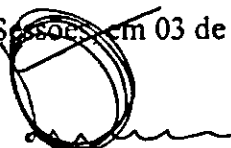
6. Considerando que a NFLD foi lavrada em 14/12/2005 e recebida pelo sujeito em 21/12/2005, para exigir crédito previdenciário relativo às competências 01/02/1996 a 31/10/1998, tenho como certo que todo o crédito constituído foi atingido pela decadência quinquenal.

7. Em razão do exposto, acato a preliminar de decadência para dar provimento ao recurso interposto.

CONCLUSÃO

8. Em razão do exposto, voto por dar PROVIMENTO ao recurso voluntário.

Sala das Sessões, em 03 de dezembro de 2008



DAMIÃO CORDEIRO DE MORAES

Relator

2º CC/MF - Quinta Câmara
CONFERE COM O ORIGINAL
Brasília, 25.03.09
Rosilene Aires Soares
Matr. 1198377